

O Esforço Para Entrar no Reino (Lucas 16)

Raimundo Barreto
Garanhuns, PE, outubro de 2025

Para compreendermos plenamente o que Jesus deseja revelar acerca do **"esforço para entrar no Reino"**, é fundamental analisarmos cuidadosamente o contexto imediato. No **capítulo 16 do Evangelho de Lucas**, Jesus chama intencionalmente Seus discípulos (**v. 1**) para lhes ensinar verdades profundas sobre o Reino de Deus. A audiência dessas instruções é a mesma que ouviu as parábolas da misericórdia em **Lucas 15**. Ou seja, estavam diante de Jesus tanto os **fariseus e escribas**, conhecidos por sua murmuração e críticas (**15:2**).

Na passagem de **Lucas 16:1-13**, Jesus conta a **"Parábola do Administrador Infiel"** na presença dos líderes religiosos judaicos. Com essa história, Jesus retorna ao tema do perigo das riquezas, alertando sobre o risco de se transformar o dinheiro em um verdadeiro senhor ou "deus" na vida de quem o possui. Ao ouvir a parábola, os fariseus se sentem criticados diretamente, pois reconhecem que suas próprias atitudes com relação ao dinheiro são expostas e contrariam os valores da Lei. Por isso, eles continuam a desprezar e ridicularizar Jesus, na tentativa de desmerecer Seu ensino, mesmo estando cientes de que o conteúdo da parábola denuncia seus comportamentos.

Diante da atitude dos fariseus, Jesus reforça a importância de se buscar os verdadeiros valores da Lei divina, mostrando como eles **manipulavam e distorciam temas essenciais**, como a questão da cobrança de juros e do divórcio, **para atender a seus próprios interesses**. No centro de Sua mensagem, Jesus afirma que o Evangelho do Reino de Deus está sendo anunciado e, por isso, cada pessoa precisa se empenhar sinceramente para fazer parte desse Reino, conforme Ele diz: *"todo homem se esforça por entrar nele"* (**16:16-18**). Por esse motivo, é fundamental considerar todo o contexto dessas palavras para entender, de maneira justa e equilibrada, o que realmente significa o esforço necessário para entrar no Reino de Deus. Também será necessário termos algumas informações sobre a sociedade e cultura da Palestina nos dias de Jesus.

A parábola do administrador ou mordomo infiel deve ser entendida dentro do contexto da crítica à **AVAREZA FARISAICA** e à corrupção espiritual associada ao amor ao dinheiro. Quando Lucas afirma, em **16:14**, que os fariseus eram **avarentos**, significa que eles tinham um forte apego ao dinheiro e às posses materiais, colocando-os acima dos valores espirituais e da própria Lei. A palavra usada no texto grego para "avarentos" é "φιλάργυροι" (*philargyroi*), traduzida como "amigos do dinheiro", "ambiciosos" ou "gananciosos". **Avareza** é o desejo exagerado de adquirir, conservar e acumular riquezas, tornando o dinheiro prioridade na vida da pessoa. Na tradição judaica e cristã, é vista como uma forma de idolatria, pois a pessoa avarenta passa a servir ao dinheiro como se ele fosse o seu verdadeiro senhor, dedicando-lhe tempo, energia e atenção dignos apenas à divindade. O apóstolo Paulo

chega a afirmar que a avareza, ou amor ao dinheiro, é **idolatria** e impede a pessoa de ter herança no Reino de Cristo e de Deus (**Colossenses 3:5; Efésios 5:5**).

É bom lembrar que a **avareza** não era uma característica apenas dos Fariseus, mas da maioria da **elite governante de Israel**. Históricos e sociológicos apresentam um retrato sombrio sobre a estrutura social da Palestina na época de Jesus. A elite religiosa de Jerusalém, formada por **saduceus, fariseus, escribas e sacerdotes**, detinha grande poder sobre as terras, atuando como latifundiários e controlando tanto a religião quanto aspectos econômicos e políticos. Esses grupos se beneficiavam das estruturas institucionais do Templo e das taxas sobre os camponeses e agricultores, muitas vezes explorando e acumulando riquezas em detrimento dos mais simples.

Na Palestina do tempo de Jesus, era muito comum que a elite religiosa e proprietários de grandes extensões de terra não cuidassem pessoalmente do trabalho agrícola. Por serem envolvidos com o governo, a administração do Templo ou o comércio, esses latifundiários geralmente arrendavam as terras para pequenos agricultores, que pagavam parte da produção como aluguel ou imposto, ou então contratavam administradores (mordomos) para gerir suas propriedades e negócios. Os administradores, por sua vez, tinham autoridade sobre os trabalhadores locais, cuidando tanto das colheitas quanto das transações e contratos, muitas vezes sendo responsáveis também pela cobrança de dívidas e pelo registro dos empréstimos. Esse sistema de arrendamento e administração reforçava o distanciamento social entre a elite urbana e as “pessoas da terra”, aumentando a desigualdade e, frequentemente, servindo de cenário para muitas das parábolas e ensinamentos críticos de Jesus sobre justiça, generosidade e responsabilidade social.

No campo, a realidade era muito diferente. A maioria da população vivia em situação de pobreza, composta pelos chamados “*am ha’aretz*”, que significa literalmente “**pessoas da terra**”. Eram pequenos agricultores, arrendatários, trabalhadores braçais e famílias que lutavam para sobreviver e que eram frequentemente **marginalizadas** pelo sistema religioso e social. A ausência de uma classe média na Palestina reflete a profunda desigualdade: de um lado, uma **minoria privilegiada (aproximadamente 3%)** formada pela elite governante e proprietários de terra; **em outro grupo, oficiais, comerciantes e artesãos que representam cerca de 12%; o segmento esmagador — cerca de 75%** - eram os camponeses pobres; completando esse panorama, havia cerca de **10%** da população formada pelos considerados **impuros, desterrados e mendigos, pessoas excluídas social e religiosamente**.

Essa divisão acentuada intensificava a opressão das massas e explicava o tom crítico das parábolas e ensinamentos de Jesus direcionados principalmente à elite e aos grupos religiosos detentores de riqueza e autoridade. Ao proclamar o Reino de Deus, Jesus inverte os valores sociais, oferecendo inclusão, dignidade e esperança aos marginalizados, denunciando a injustiça dos poderosos e revelando o coração acolhedor de Deus para todos, em especial para os “pobres da terra”. Este é um dos temas centrais do Evangelho Segundo Lucas.

Jesus começa a parábola falando que havia um “*homem rico*”, um proprietário de terra ausente, que tem um administrador (gerente ou superintendente) para gerenciar sua propriedade. O proprietário tem contratos com comerciantes que vendem seus produtos: no

caso aqui temos o azeite e o trigo. O administrador escreve os contratos em nome de seu senhor e inclui uma **taxa de juros escondidas ou disfarçadas**, algo comum naquela época. Então, nesta parábola temos “**a trama dos juros escondido**”. Na história, o administrador foi denunciado ao proprietário da terra de desperdiçar os seus bens. Então, o senhor que pede um inventário completo de seus bens antes de dispensar o trapaceiro. A Lei mosaica proibia juros entre hebreus (compatriotas) (cf. **Êxodo 22:25; Levítico 25:36-37; Deuteronômio 23:19-20**), e era comum disfarçá-los nos contratos comerciais.

Então, o administrador, ao perceber que será demitido e que enfrentaria possível fracasso em outros trabalhos, age rapidamente: chama os devedores e reduz suas dívidas - por exemplo, de cem barris de óleo (azeite) para cinquenta e de cem medidas de trigo para oitenta (**16:6, 7**). Ele retirou os juros e, desta forma, ele estaria corrigindo o abuso - e, ao mesmo tempo, ganhando favor com os devedores. Ele realizou um ato de autobenefício esperto, sacrificando a riqueza do patrão para garantir abrigo futuro - uma manobra astuta, mas moralmente duvidosa.

A cobrança de **JURO**, considerada usura e contra a Lei de Deus, era proibido no Antigo Testamento. Os fariseus, entretanto, haviam inventado maneiras de cobrar os **juros disfarçados** tolerado mesmo por tribunais civis judaicos. Como funcionava essa prática? Era de costume incluir taxas no valor cobrado de produtos, como azeite ou vinho, negociando quantidades maiores do que o recebido originalmente. Os contratos escritos eram então usados para legalizar o valor inflacionado, e isso permitia que o credor obtivesse o lucro proibido pela legislação religiosa sem ser punido abertamente, já que o documento mostrava apenas uma dívida elevada, e não especificamente uma cobrança de “juros”.

De volta à história. O administrador está em crise. Em breve ele estará desempregado, sem referências e apoio para conseguir um novo emprego. Em um beco sem saída, ele decide **perdoar o juro** que tinha *injustamente* adicionado aos seus empréstimos dos devedores. Provavelmente ele havia transformado os empréstimos em valores de produtos – óleo e grãos – para esconder os juros proibidos que ele cobrava para si. Ao fazer isso, o administrador estava simplesmente removendo o juro escondido do contrato, tornando a dívida justa conforme a Lei. Assim, essa **manobra** serviria para garantir favor futuro dos devedores e, possivelmente, cumprir a Lei, ainda que a **motivação do coração** fosse interesseira.

Além disso, ao conceder favor aos devedores, ele agora pode esperar favor em troca deles: “*Vós sois os que vos justificais a vós mesmos diante dos homens, mas Deus conhece o vosso coração; pois aquilo que é elevado entre homens é abominação diante de Deus*” (**v. 15**). Jesus denuncia exatamente essa postura de autolegitimação por parte dos fariseus e líderes religiosos, que buscavam parecer justos e apegados à Lei diante dos outros, mas agiam com duplicidade de coração. O contexto da parábola do administrador infiel, com o tema dos juros escondidos e práticas econômicas pouco éticas, serve para desmascarar esse tipo de religiosidade aparente.

Os fariseus justificavam seus comportamentos e enriquecimento através de artifícios legais ou **contratos manipulados**, disfarçando honestidade perante a Lei, mas ignoravam a intenção profunda da ética divina. Jesus revela que Deus vê o interior, conhece as verdadeiras motivações e não se impressiona com as aparências sociais ou religiosas. Aquilo que é

considerado alto, valioso e admirável aos olhos dos homens - como prosperidade, poder ou posição - pode ser, diante de Deus, uma grande abominação, sobretudo quando alcançado por meios injustos ou egoístas.

O senhor do administrador infiel, o homem rico, elogia o seu funcionário (**16:8a**). O elogio é pela esperteza e inteligência prática com que o administrador lidou com a situação e garantiu para si amigos e futuro, agindo de forma sagaz diante da crise iminente e da demissão. O foco do ensino de Jesus é mais sobre o contraste entre a esperteza dos filhos deste século e a necessidade de os filhos da luz serem igualmente prudentes no que diz respeito à administração e valores do Reino de Deus.

Então vem a frase enfatizada por Jesus: *"porque os filhos do mundo são mais hábeis na sua própria geração do que os filhos da luz"* (**16:8b**). Esta é uma observação sobre a diferença de postura entre os que vivem segundo os valores deste mundo (os não discípulos, chamados de *"filhos do mundo"*) e aqueles que pertencem a Deus (*"filhos da luz"*). Jesus destaca que, muitas vezes, os *"filhos do mundo"* mostram uma habilidade e determinação superior para lidar com desafios e oportunidades da vida material do que os *"filhos da luz"* demonstram em relação às questões eternas e espirituais. **Mateus 10:16** é equivalente e diz: *"...sede, portanto, prudentes como as serpentes e simples como as pombas"*, onde Jesus também empregou um símbolo da maldade e da astúcia (a serpente), e recomendou a emulação, não do mal, mas de uma prudência astuta em todas as questões.

Os fariseus, supostamente os *"filhos da luz"*, haviam inventado esses modos engenhosos de contornar a Lei de Deus porque eram *"amantes do dinheiro"*, avarentos. Se os fariseus não pudessem ser fiéis em uma coisa pequena como emprestar dinheiro sem juros, como Deus poderia confiar neles para lidar com a maior riqueza do Reino? (**vss. 10-12**). Nenhum servo pode servir a dois senhores; pois odiará a um e amará ao outro, ou se dedicará a um e desprezará ao outro. *"Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro"* (**16:13**). Os fariseus, amantes do dinheiro, ouviram isso e zombaram de Jesus (**v. 14**).

Embora fosse iníquo, o administrador era astuto, e os discípulos de Jesus são exortados a empregar a sua sabedoria para propósitos superiores. O **versículo 9**, de maneira bem definida, registra que um dos principais propósitos desta parábola é o de **ENSINAR O USO SÁBIO DO DINHEIRO**, ainda que os versículos seguintes façam uma aplicação mais ampla, isto é, o uso da sabedoria em todos os tipos de mordomia. Jesus queria ensinar a Seus discípulos como agir com lisura nas questões monetárias, e, mediante esse princípio, também queria ensinar-lhes ações sábias em todos os aspectos da mordomia, incluindo aspecto das questões espirituais.

O uso das *"riquezas injustas"*, como é evidente, era motivo de preocupação na Igreja Primitiva. Até que a atitude de Lucas, e, provavelmente, a de muitos outros cristãos primitivos, era que o dinheiro quase sempre era manchado de maldade pelos pecadores; e que por isso mesmo os cristãos necessitavam de conselhos quanto ao seu uso, por poder transforma-se em **poderoso elemento corruptor**, assim como acontecia com o Fariseus que manipulavam a Lei para encobrirem suas desonestidades. **As riquezas não só podem segar o homem, mas também comandá-los como um deus.**

Logo em seguida, Lucas registra que *"os fariseus, que eram avarentos, ouviam todas essas coisas e zombavam de Jesus"* (**v. 14**). Jesus, então, os repreende, dizendo: *"O que é*

exaltado entre os homens é abominação diante de Deus” (v. 15). Essa ligação mostra que a parábola é uma crítica direta à falsa religiosidade que usa a Lei para justificar ambição e exploração. Os fariseus, agindo como administradores das verdades divinas, haviam sido infiéis - cobrando “juros espirituais” por seus privilégios e esquecendo a misericórdia. A parábola expõe sua hipocrisia e chama à fidelidade verdadeira: “*Quem é fiel no pouco, também é fiel no muito*” (v. 10).

Em **16:14–17**, os fariseus são duramente criticados por Jesus porque suas atitudes revelam hipocrisia, amor ao dinheiro e cegueira espiritual. Eles ouviam a parábola do administrador infiel e zombavam de Jesus por Ele ensinar que “*não se pode servir a Deus e às riquezas*”¹ (v. 13), mostrando que rejeitavam a correção moral que Deus apresentava. Essa zombaria mostra o contraste entre a aparência de piedade e a corrupção interior: eles se apresentavam como zelosos guardiões da Lei, mas serviam ao dinheiro. Jesus os denuncia como os que “*se justificam diante dos homens*” - buscando aprovação pública -, enquanto Deus vê seus corações e despreza o que eles exaltam (v. 15).

Jesus não está, neste caso, atacando dinheiro ou bens, mas a escravidão a eles – obsessão por eles. Essa é a diferença entre entregar-se totalmente ao Reino de Deus ou dedicar paixão às posses materiais. Precisamos escolher. É impossível, diz Jesus, servir livremente a Deus se estivermos aprisionados pela riqueza e avareza.

A frase “**a riqueza é um ótimo servo, mas um implacável senhor**” sintetiza de forma precisa e profunda o ensino de Jesus em Lucas 16 e outros textos bíblicos sobre o papel do dinheiro na vida humana. Quando usada corretamente, a riqueza pode ser uma ferramenta poderosa para promover o bem, aliviar necessidades, sustentar famílias, realizar projetos e beneficiar o próximo. Quem domina o dinheiro, colocando-o a serviço de propósitos nobres e do Reino de Deus, transforma os recursos em instrumentos para a glória de Deus e o auxílio ao próximo. Isso está em harmonia com **16:9**, quando Jesus ensina a usar as “*riquezas da injustiça*” para fins eternos e solidários; ou seja, ser um bom mordomo, dirigindo os bens materiais com sabedoria, generosidade e desapego. Jesus não está incentivando o uso desonesto do dinheiro, mas sim convidando os discípulos a serem sábios e generosos na administração dos bens deste mundo, utilizando-os para beneficiar outros e promover o bem, especialmente em favor dos necessitados.

Jesus chama de “**riquezas da injustiça**” os bens materiais deste mundo. Ele não está dizendo que todo dinheiro é roubado, mas que todos os recursos terrenos pertencem a um sistema marcado por imperfeições, desigualdade e pecado. Por isso, são temporários, frágeis e, muitas vezes, tentadores. Jesus não condena o uso dos bens materiais em si, mas ensina que devemos ser mordomos - administradores fiéis e conscientes - usando o que temos para contribuir com o Reino de Deus e ajudar outras pessoas. Em vez de acumular riquezas apenas para usufruto próprio, devemos direcioná-las com generosidade, visão e propósito que vão além desta vida.

¹ **Mamon**, um termo aramaico, significa riqueza, dinheiro, propriedade ou lucro. A verdade marcante aqui é que Jesus vê Mamon reivindicando status de um deus. A riqueza, mais do que qualquer outra coisa, pode agir como um deus. É a riqueza, Ele diz, que clama para nos controlar, nos dominar como uma divindade e nos escravizar como um senhor perverso.

O ensino é que, quando o dinheiro se acabar ou esta vida terminar, quem viveu de modo generoso e solidário encontrará acolhida e recompensa junto a Deus e no “*tabernáculo eterno*”, ou seja, na eternidade. A chave do versículo é a sabedoria prática: **ao invés de viver apenas para acumular bens, use aquilo que possui para fazer diferença na vida dos outros e, assim, investir no Reino de Deus**. Jesus ensina Seus discípulos a serem inteligentes no uso dos recursos terrenos para propósitos do Reino, sem ceder à corrupção moral. Os ricos que entram no Reino de Deus dão generosamente. Ao fazê-lo, eles imunizam suas almas contra o veneno da avareza.

Ser “um bom mordomo” é cuidar dos bens que Deus confiou, sabendo que um dia Ele pedirá contas (**16:2**). Aplicar os recursos em benefício do próximo, promoção da justiça, anúncio do Evangelho e apoio às causas eternas é transformar o passageiro em tesouro duradouro (**Mateus 6:19-21**). Assim, **os bens terrenos se tornam, nas mãos dos discípulos, ferramentas poderosas para a glória de Deus e a edificação do Reino**.

Nos **versículos 16, 17**, Jesus afirma que “*a Lei e os Profetas duraram até João*”; depois veio o anúncio do Reino de Deus. Essa frase não anula a Lei, mas mostra que o cumprimento chegou e exige decisão. Jesus declara: “*E é mais fácil o céu e a terra passarem do que cair um til da Lei*” - advertindo os fariseus que sua tentativa de adaptar os mandamentos à conveniência pessoal é uma afronta a Deus. Sendo assim, a crítica de Jesus combina severidade doutrinária e moral: eles valorizavam prestígio, poder e dinheiro, mas rejeitavam o coração da Lei - a justiça, a misericórdia e a fé.

Jesus denuncia diversos traços morais dos fariseus que revelam corrupção interior, hipocrisia, distorção espiritual e transgressão aos princípios morais da Lei. O capítulo funciona como uma sequência de advertências que expõem o contraste entre a aparência de santidade deles e o verdadeiro caráter exigido pelo Reino de Deus.

Para Lucas, os fariseus representam a liderança religiosa infiel, comparável ao administrador injusto da parábola anterior: têm a custódia dos “bens” de Deus (as Escrituras, a Lei, o templo), mas usam-nos em benefício próprio. Jesus lhes mostra que o verdadeiro discipulado é fidelidade e generosidade - não ostentação e ganância - e que aquilo que os homens exaltam é abominação diante de Deus. Assim, o texto é uma crítica profunda ao sistema religioso farisaico: ambicioso, autojustificado e espiritualmente cego, incapaz de reconhecer que, em Cristo, chegou o Reino que a própria Lei profetizava.

No **versículo 18**, Jesus cita o ensino sobre o divórcio como outro exemplo da distorção farisaica: eles adaptavam a Lei às próprias conveniências. Esse versículo está aparentemente “fora de contexto”, mas Lucas (e também Marcos e Mateus) aponta para a tradição farisaica, que permitia o divórcio por motivos banais, adaptando a Lei mosaica às próprias conveniências pessoais e culturais (**Deuteronômio 24:1-4**). Os fariseus eram conhecidos por buscar “brechas” legais para justificar seus desejos, inclusive em questões como divórcio e casamento. Muitos ensinavam que o marido podia repudiar a esposa por motivos triviais, negligenciando o coração da Lei, que é a fidelidade, a justiça e o compromisso duradouro: “*É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo?*” (**Mateus 19:3b**). Essa manipulação da Lei revelava soberba e desprezo pela santidade da Palavra. Em termos morais, é um retrato da relativização ética - justificação do adultério e do ganho ilícito sob aparência de legalidade.

A declaração “a Lei e os Profetas vigoraram até João; desde este tempo, vem sendo anunciado o Evangelho do Reino de Deus...” indica que o período preparatório da revelação divina chegou ao fim. A partir de João Batista, o Reino começou a ser proclamado de modo a sondar as motivações do coração humano. Com a vinda de Cristo e o início da pregação do Reino de Deus, o **padrão moral não é abolido, mas elevado**. A Lei mostrava o que o homem devia fazer; o Reino revela quem o homem deve ser. A Lei regulava comportamentos externos - “não matarás”, “não adulterarás” -, mas o Reino penetra o coração e exige pureza interior (do coração). Jesus não substitui os mandamentos, mas os cumpre e os amplia, mostrando que o verdadeiro cumprimento da vontade de Deus não está apenas nas ações, mas nas intenções dos corações. Por isso, no Sermão do Monte, Ele declara: “Ouvistes que foi dito... eu, porém, vos digo”, revelando que a justiça do Reino ultrapassa a justiça dos escribas e fariseus.

A Lei tratava de condutas; o Reino trata de natureza. A Lei repreende o pecado exterior; o Reino transforma o interior do homem. Na Antiga Aliança, o padrão moral era regulado por mandamentos escritos em tábuas de pedra; na Nova Aliança, o Espírito Santo grava essa Lei dentro do coração. Assim, o crente não vive por obrigação, mas por convicção e amor.

Por isso, podemos dizer que o Reino de Deus eleva o padrão moral a um nível espiritual: não se trata mais apenas de evitar o mal, mas de viver no bem; não apenas de não ferir o próximo, mas de amá-lo; não apenas de evitar o ódio, mas de cultivar perdão e misericórdia. O Reino chama o homem não à conformidade com a letra, mas à semelhança com Cristo - o padrão perfeito da justiça de Deus.

Essa transição implica uma mudança de enfoque: não basta conhecer a Lei; é necessário entrar no Reino, o que demanda esforço. O verbo usado em **16:16b** expressa intensidade (do grego *biazetai*, “fazer força”, “aplicar a força”). Jesus evoca a ideia de um conflito espiritual: o Reino não é conquistado por status religioso, mas por **decisão corajosa de rejeição do pecado, o orgulho e o amor ao dinheiro**.

O esforço para entrar no Reino de Deus está diretamente relacionado à decisão consciente de resistir à porta larga e lutar para passar pela porta estreita, como ensina Jesus em **Lucas 13:24**, quando afirma: “**Esforçai-vos por entrar pela porta estreita, porque eu vos digo que muitos procurarão entrar e não poderão.**” Essa mensagem ecoa o chamado de Jesus para que Seus seguidores não escolham o caminho fácil, confortável e popular - a “porta larga”, que conduz à perdição - mas sim se empenhem em trilhar o caminho da porta estreita, que exige renúncia, perseverança, autodomínio e fidelidade diante das dificuldades e tentações.

Há uma profunda conexão entre o esforço exigido para participar do Reino e a escolha pela porta estreita, porque Jesus deixa claro que o acesso ao Reino não é automático nem garantido apenas por tradição religiosa, posição social ou conhecimento intelectual. É necessário desejar e buscar ativamente viver uma vida transformada, orientada pelos valores do Reino e pela obediência à vontade de Deus. Essa expressão sugere que, apesar de haver muitos que desejam ou até tentam alcançar o Reino, somente quem realmente se empenha, decide resistir aos atalhos fáceis e assume a luta espiritual diária consegue entrar.

A porta estreita simboliza a autenticidade da fé, o compromisso genuíno com Cristo e o desafio de permanecer firme mesmo quando o mundo oferece alternativas mais atraentes. Em resumo, o esforço para entrar no Reino é inseparável da decisão de fugir da porta larga e batalhar, com disciplina e dependência de Deus, para atravessar a porta estreita, como ecoa e aprofunda Lucas 13:24.

No texto grego de **Lucas 13:24**, o verbo é **agonizomai** (de onde vem "agonizar", "entrar em uma competição de jogos olímpicos"), que significa lutar com intensidade, esforçar-se até o limite, como um atleta numa competição. A imagem é de envolvimento total, de luta interior - não de salvação pelo mérito, mas de entrega e perseverança. **Portanto, "fazer forças para entrar no Reino" implica em uma decisão corajosa, rompendo com o pecado, o orgulho, o amor ao dinheiro e à hipocrisia social desta geração. Esforço para agradar a Deus.** Esforçar-se para não se conformar com este século (**Romanos 12:2**).

Em síntese, os traços morais dos fariseus condenados por Jesus em Lucas 16 são: avareza, autojustificação, hipocrisia, orgulho, manipulação da Lei, falta de compaixão e a inversão de valores espirituais - atitudes que revelam um coração dominado por Mamom, incapaz de reconhecer o verdadeiro senhorio de Deus.

O Reino agora está aberto, mas a entrada nele **exige decisão firme**. Os que o buscam enfrentam oposição - do próprio ego, do sistema religioso e da hipocrisia da sociedade - e, por isso, precisam **"fazer força"**, resistindo para não serem contaminados ou dominados pelo mal. No contexto imediato, Jesus desafia os fariseus que, presos à cobiça e à aparência de justiça, se recusavam a esse esforço para confrontar o mundo e o pecado.

O esforço para entrar no Reino sugere conflito interior, batalha espiritual e tomada de posição diária. Não se trata apenas de um sentimento ou crença intelectual, mas de ações concretas: Recusar práticas desonestas, corrupção, injustiça ou qualquer hábito contrário ao caráter de Deus. Ser íntegro mesmo quando *"os filhos do mundo"*, elogiados por sua esperteza (**16:8**), cedem à imoralidade para levar vantagem. Praticar a justiça, compaixão, fidelidade e renúncia em meio a um ambiente onde tais valores nem sempre são celebrados.

Em **2 Pedro 1:5-7**, o apóstolo Pedro instrui os cristãos a empenharem todo esforço e diligência para crescer espiritualmente, acrescentando à fé as virtudes essenciais para a vida cristã: conhecimento, domínio próprio, perseverança, piedade, fraternidade e amor. Ele enfatiza que esse empenho não é apenas um ideal abstrato, mas um **processo concreto e contínuo**, indispensável à maturidade e à plena comunhão com Cristo. Logo adiante, no **versículo 11**, Pedro afirma: **"Pois, desta forma, é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo."**

Assim, fica claro que a entrada no Reino eterno está diretamente ligada ao comprometimento com esse crescimento espiritual, fruto da graça e obediência aos princípios morais da Lei que são eternos, pois refletem o caráter justo e santo de Deus: *"É mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til sequer da Lei"* (**Lucas 16:17**). Ao viver essa trajetória de transformação, o cristão não apenas se prepara para o Reino, mas já experimenta em cada etapa a realidade da vida nova em Jesus, confirmando que o acesso ao Reino não se dá por inércia, mas por esforço perseverante no caminho para o Reino.